

# Em todos os lugares os nossos deputados são responsáveis pela mobilização do Povo

— Presidente Samora Machel no encerramento da 3.ª Sessão da Assembleia Popular

Ao terminar os trabalhos da III Sessão da Assembleia Popular, que entre outras importantes decisões para a vida do País, aprovou um novo texto da Lei Fundamental, a Constituição, o Presidente Samora Machel proferiu um discurso, que a seguir transcrevemos, e no qual salienta a responsabilidade dos nossos deputados na mobilização de todos os cidadãos "para a prática da austeridade, para a valorização dos bens e conquista do Povo, para a necessidade da poupança e do depósito das nossas economias em Bancos" bem como "no controlo e denúncia de situações irregulares":

Senhoras e Senhores Deputados

Chegados ao fim dos nossos trabalhos impõe-se fazer uma breve síntese do que foi esta III Sessão.

Desde que criámos a nossa Assembleia Popular podemos dizer que as suas sessões se têm caracterizado pela importância histórica das deliberações que é chamada a tomar.

Com efeito, a I Sessão da Assembleia Popular, aprovou a Lei Eleitoral e a Exortação Eleitoral — esse momento marcou o início do desencadear do mais vasto e profundo movimento de massas ao nível da edificação do novo Estado Popular.

A II Sessão da Assembleia Popular debruçou-se sobre a forma como decorrerá o processo eleitoral, fez o respectivo balanço e aprovou os «Princípios de Organização do Estado à luz do Programa do Partido». Consagrava-se desse modo o importante passo dado na criação dos órgãos supremos do Poder de Estado em todos os escalões, da Localidade à Nação.

Esta III Sessão da Assembleia Popular foi chamada a pronunciar-se sobre a Revisão da Constituição, Lei Fundamental do nosso País.

E qual a importância histórica desta Revisão Constitucional?

Vimos que a Revisão não foi tarefa de meia dúzia de pessoas confinadas aos seus gabinetes de trabalho.

Nós soubemos transformá-la num movimento de massas desencadeado à escala de todo o país com a mais larga participação dos cidadãos. Ela constituiu um processo de análise colectiva dos passos que demos na implementação da Constituição e do caminho por percorrer rumo à Sociedade Socialista. Ela constituiu a consagração da experiência que ganhámos na construção do Estado Popular.

A Revisão da Constituição foi ainda uma preciosa aprendizagem de como levar o povo ao conhecimento das suas Leis Fundamentais bem como participar no processo da sua elaboração. Assim se organiza a Democracia Popular no nosso país.

Contudo, é importante referir que a solução de problemas do dia-a-dia, problemas suscitados pelos programas de reconstrução nacional em que todo o Povo moçambicano se encontra engajado, deve constituir preocupação desta Assembleia.

A importância das decisões históricas que temos sido chamados a tomar, devemos associar a vocação desta Assembleia Popular para o estudo e solução de problemas de organização da vida, abastecimentos, alojamento, ensino, transportes, disciplina no trabalho, previdência, conforto, bem-estar e segurança dos cidadãos. São essas as preocupações quotidianas do Povo Moçambicano. São esses os problemas que nós, deputados do Povo, estamos particularmente habilitados a tratar e a resolver de acordo com os nossos interesses de classe.

A composição desta Assembleia Popular, com larga representação dos operários e camponeses moçambicanos, é também, antes de mais, a vontade do Povo em ver aqui tratados pelos seus representantes autênticos e legítimos, os problemas mais sensíveis da nossa vida, na fase presente da Revolução.

Ao longo desta III Sessão da Assembleia Popular tivemos ocasião de referir a necessidade urgente de introduzirmos princípios e práticas de austeridade no nosso trabalho e na nossa vida.

Referimo-nos, a título de exemplo, a várias formas de esbanjamento e abuso de autoridade por parte de certos sectores da função pública e do sector económico.

Referimo-nos à gestão sistematicamente ruinosa de algumas empresas estatais e de unidades de produção intervencionadas.

Todos nós somos sensíveis a esses problemas, todos nós estamos conscientes de que estes abusos, este uso indevido dos bens do Povo, conduzem a sentimentos de frustração e a perigosas situações de desmobilização.

Todos nós sabemos que a má gestão, a fraca produção nas empresas, concorrem para acentuar a nossa dependência do exterior e poderão comprometer a nossa soberania, tão duramente conquistada.

Perante esta situação vamos então limitar-nos a esperar soluções sob a forma de Decreto, de regulamento?

Vamos também nós, deputados do Povo, aguardar que a acção dos responsáveis ponha cobro a estes desvios e a estes abusos? Afinal quem são os responsáveis? Onde está o Poder de Estado?

Pensamos que dentro das tradições do Povo moçambicano e da experiência de Luta Popular que nos caracteriza devemos uma vez mais envolver o Povo no controlo e denúncia de situações irregulares. Nós, deputados da Assembleia Popular, temos o dever de nos constituirmos em agentes dinamizadores desse processo de controlo popular. Nos nossos locais de trabalho e de residência, nas Células do Partido, nas Organizações Democráticas de Massas em que participamos, nas fábricas, nas repartições, nas cooperativas, em todos os lugares, nós temos a obrigação de explicar e mobilizar os nossos concidadãos para a prática da austeridade, para a valorização dos bens e conquistas do Povo, para a necessidade da poupança e do depósito das nossas economias em Bancos, para a limpeza das ruas, dos prédios, dos lugares públicos. Mas para o sucesso destas acções é necessário, ao nível das cidades, organizarmo-nos em bairros comunais. Primeira medida. Não nos conhecemos porque não vivemos organizados.

Não nos conhecemos e por isso constituímos brechas através das quais penetra o inimigo, infiltra-se.

A primeira medida, sobretudo a nível das cidades, é constituirmo-nos em bairros comunais para o maior controlo, denúncia, neutralização de todo o tipo de agentes.

Nós temos a obrigação de fazer assumir por toda a gente a relação entre a produção e a disponibilidade de bens de consumo, a relação entre a austeridade e a disponibilidade de divisas para comprarmos as máquinas com que vamos desenvolver a nossa economia e melhorar a nossa vida.

É oportuno lembrar aqui a palavra de ordem que galvanizou o Povo moçambicano durante o processo eleitoral que nos trouxe aqui a esta Assembleia:

«Vamos eleger as Assembleias para melhorar a nossa vida». Já estão eleitas. Vamos eleger as Assembleias para melhorar a nossa vida. Existem ou não existem as Assembleias? Existem ou não existem? («Existem» — ouve-se em resposta).

Onde é que vocês vivem?

Esta palavra de ordem define a nossa responsabilidade colectiva como órgão do Poder Popular e define a nossa responsabilidade individual como representantes eleitos do Povo moçambicano.

A nossa preocupação deve ser a de dar, com as nossas acções, com as nossas decisões, um conteúdo concreto a esta palavra de ordem.

Cumpre-me informar a Assembleia que dentro dessa óptica, a Comissão Permanente da Assembleia Popular tem vindo a considerar seriamente a necessidade de enriquecer a forma de funcionamento da Assembleia de modo a permitir, dentro da disciplina que nos caracteriza, uma participação mais prolongada, um debate e uma contribuição cada vez mais

fértil em sugestões e observações por parte dos deputados.

Pensamos que as propostas que foram apresentadas no fim desse estudo poderão já ser discutidas e implementadas nas próximas Sessões desta Assembleia.

Senhores Deputados,  
Senhores Convidados

É meu dever, ao terminar, saudar esta Assembleia pelo importante trabalho que ela realizou nesta sua III Sessão. A riqueza das contribuições, a correcção das intervenções, e o alto sentido patriótico das nossas votações revelam o elevado grau da nossa consciência política e a consciência da nossa responsabilidade perante a História da nossa Revolução.

Queremos dizer que comove-nos profundamente a forma como decorreram os trabalhos desta III Sessão da Assembleia Popular. Comove-nos ver como a sensibilidade política dominou cada Deputado, o velho, o jovem, a mulher, em resumo, o Povo do Rovuma ao Maputo.

Invade-nos a emoção como Homens, como Revolucionários, como obreiros do Socialismo ao vermos o nosso Povo analisar profundamente as raízes de uma árvore emergindo de ruínas, de uma árvore que ainda está crescendo, porque ainda está a crescer e tem já a força do futuro.

As decisões que tomámos, as responsabilidades que assumimos aqui farão da Nação moçambicana, uma Nação forte e contribuirão para fazer da nossa África um continente próspero em que homens e mulheres marcham os caminhos da Revolução.

Penso também poder ser intérprete de toda esta sala ao dirigir uma palavra, de agradecimento ao Secretariado, ao Protocolo, aos técnicos de som, à Rádio, à Imprensa, à Televisão, por todo o apoio incansável que nos foi dispensado.

Sem a sua dedicação, sem a sua eficiência, não poderíamos ter conseguido esgotar num dia e meio a agenda de trabalho desta III Sessão da Assembleia Popular.

Aos Senhores Deputados, particularmente os que vieram de outras Provincias, desejamos um feliz regresso aos seus postos de trabalho.

Saibamos assumir intransigentemente as nossas responsabilidades. Sejamos todos da mesma altura. Sejamos todos do mesmo tamanho. Assumamos todos a mesma grandeza. Sejamos todos conscientes, sejamos todos transmissores das riquezas e tradições históricas, das tradições heróicas do nosso Povo, da nossa Revolução, do nosso destino para que Moçambique seja um exemplo em África, no Mundo e para a Humanidade inteira.

**A LUTA CONTINUA!**

(De: "Notícias" Maputo, 1978-08-16)